



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE UnB PLANALTINA - FUP

DEUSYLENE FERREIRA DE ALBUQUERQUE

**CUSTOS LOGISTÍCOS REFERENTES À ENTREGA, DISTRIBUIÇÃO E
ESCOAMENTO EFICIENTE DE PRODUTOS NA URDA – PLANALTINA:
PROPOSTA DE UM MODELO TEÓRICO**

PLANALTINA - DF

2013

DEUSYLENE FERREIRA DE ALBUQUERQUE

**CUSTOS LOGISTÍCOS REFERENTES À ENTREGA, DISTRIBUIÇÃO E
ESCOAMENTO EFICIENTE DE PRODUTOS NA URDA – PLANALTINA:
PROPOSTA DE UM MODELO TEÓRICO**

Relatório Final de Estágio
Supervisionado Obrigatório do curso de
Gestão do Agronegócio da Faculdade
UnB Planaltina para obtenção do
diploma de graduação, sob orientação
do professor William Santana e
Supervisor de Estágio: Lúcio Flávio da
Silva

PLANALTINA - DF

2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado uma vida iluminada e cheia de saúde e força de vontade para alcançar meus objetivos.

Agradeço também a minha família, que sempre me apoiou, agradeço especialmente aos meus pais Amadeu e Joana, que me proporcionaram as várias oportunidades que eles não tiveram e sempre acreditaram que o conhecimento e o estudo são as portas para o sucesso, eles que sempre me deram todas as condições para que eu alcançasse essa e outras conquistas que virão. E as minhas irmãs Jucelia e Meide que sempre me encorajaram, me apoiaram, se preocuparam e estavam presentes em cada dificuldade, me auxiliando da melhor forma.

Aos meus professores, por dedicarem seu tempo me passando valores, conhecimentos e experiências que me engrandeceram como pessoa e como profissional. Agradeço também, ao meu orientador William Santana pela disposição em me auxiliar na conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos de graduação. Foi graças aos grupos de estudos que conseguia sanar as dúvidas e exercitar a matéria passada em sala de aula. Foi com vocês que passei os momentos de sufoco e também muitas alegrias; as saídas de campo, as viagens, os momentos de diversão, tudo foi muito gratificante e deixarão saudades.

À Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, especialmente à Coordenação de Compras Institucionais, onde tive a oportunidade de realizar o estágio. Ao meu supervisor Lúcio Flávio e aos meus colegas pela paciência, ensinamentos e todo apoio necessário para conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este relatório de estágio tem o objetivo de analisar os custos logísticos da Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, que é um espaço físico estruturado e equipado com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento das atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no contexto de atuação da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social. A iniciativa é distribuir os produtos da agricultura familiar para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para isto, são analisados alguns aspectos logísticos referentes ao recebimento e escoamento da produção. Buscou-se também identificar os investimentos previstos e necessários para a melhoria da infraestrutura logística da URDA. Desta forma, são apresentadas experiências adquiridas a partir das atividades desenvolvidas no estágio supervisionado obrigatório para a conclusão do curso de Gestão do Agronegócio, da Universidade de Brasília. O estágio foi realizado Secretária de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, junto à Coordenação de Compras Institucionais.

Palavras-chaves: Custos Logísticos, Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, URDA.

ABSTRACT

This internship report aims to analyze the logistical costs of the Support Unit Distribution of Family Farming, which is a space structured and equipped for the purpose of assisting the development of the distribution activities of foodstuffs derived from the Program Food Acquisition (PAA) in the context of performance of the Department of Agriculture and Rural Development of the DF in partnership with the Ministry of Social Development. The initiative is to distribute agriculture products familiar to people suffering from food insecurity and nutrition. For this, we analyze some logistical issues relating to the receipt and disposal of production. We sought to identify and planned investments needed to improve the logistics infrastructure of URDA. Thus, we present experiences gained from activities in supervised internship required to complete the course in Agribusiness Management, University of Brasilia. The stage was made Secretary of Agriculture and Rural Development of the Federal District, near shopping Institutional Coordination.

Keywords: Logistics Costs, Family Farming, Food Acquisition Program, URDA.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 | CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA..... | 8 |
| 1.2 | OBJETIVOS | 9 |
| 1.2.1 | Objetivo Geral | 9 |
| 1.2.2 | Objetivos específicos | 9 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 9 |
| 2.1 | PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)..... | 9 |
| 2.1.1 | Histórico PAA: | 11 |
| 2.1.2 | Modalidades:..... | 12 |
| 2.1.3 | Beneficiários de Programa de Aquisição de Alimentos..... | 14 |
| 2.1.4 | Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal..... | 15 |
| 2.2 | ASPECTOS CONCEITUAIS DA LOGÍSTICA..... | 19 |
| 2.2.1 | Gestão da Cadeia de Suprimentos..... | 19 |
| 2.2.2 | Transporte e Modais Rodoviários | 20 |
| 2.2.3 | Canais de Distribuição | 20 |
| 2.2.4 | Custos Logísticos..... | 21 |
| 3 | METODOLOGIA..... | 22 |
| 3.1 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 22 |
| 3.2 | CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO | 23 |
| 4 | SITUAÇÃO ATUAL DOS CUSTOS LOGÍSTICO DA URDA PLANALTINA | 25 |
| 4.1 | PROPOSTA DO MODELO DE CUSTOS LOGÍSTICOS PARA A URDA PLANALTINA | 31 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 32 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 33 |

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Agricultores participantes do PAA: 2003-2010. Página 12

Gráfico 2: Evolução da execução financeira do Programa, por modalidade no período 2003-2010. Página 13

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução dos recursos MDS/MDA aplicados no PAA. Página 11

Figura 2: Localização das URDA's no Distrito Federal. Página 18

Figura 3: Organograma da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Página 24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no DF. Página 16

Tabela 2: Escala de Funcionamento das URDA's. Página 17

Tabela 3: Classificação e finalidade dos custos logísticos. Página 22

Tabela 4: Produção da URDA Planaltina nos meses de Maio e Junho de 2013.
Página 26

Tabela 5: Simulação de custo médio com combustível das entidades beneficiadas com as doações do PAA – URDA Planaltina. Página 28

Tabela 6: Simulação de custo médio com combustível dos produtores rurais que entregam produtos para o PAA – URDA Planaltina. Página 28

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A comercialização de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar tem sido muitas vezes, uma dificuldade encontrada por muitos produtores rurais. Dessa forma, as compras institucionais do governo são uma alternativa encontrada por esses produtores, uma vez que, estas proporcionam destino para a produção nos períodos de safra, garantem renda aos produtores e regulam os preços de mercado.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Os ganhos são múltiplos: o produtor rural tem garantia de escoamento de parte da produção e entidades sócio-assistenciais que garantem alimento fresco e de qualidade para seus beneficiários.

Logo o presente relatório discorre sobre o funcionamento das Unidades de Apoio e Distribuição de alimentos da agricultura familiar, analisando os custos logísticos do posto localizado em Planaltina-DF. Com esse posto os agricultores dos diversos núcleos rurais da região administrativa de Planaltina, e até mesmo de Sobradinho, passam a entregar sua produção na unidade e as instituições beneficiárias buscam os alimentos. Dessa forma, os produtores e as entidades sócio- assistenciais não precisam se deslocar até o Banco de Alimentos na Ceasa (no Setor de Indústria e Abastecimento), onde era feita a entrega. Esta análise servirá de subsídio para verificar se é necessário fazer mudanças para melhoria da logística encontrada, de modo que seja oferecido um serviço de qualidade a um custo razoável, sendo útil também, para o planejamento e a programação da Unidade de Recebimento e Distribuição. Concluindo, o presente relatório pretende responder o seguinte problema de pesquisa: Quais as possibilidades de redução dos custos logísticos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar os principais custos logísticos referentes à entrega, distribuição e escoamento eficiente de produtos na Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos de Planaltina – DF, dentro do PAA.

1.2.2 Objetivos específicos

Identificar a URDA quanto aos aspectos produtivos (quantidade produzida, histórico e potencial de recepção e distribuição);

Analisar a infraestrutura da URDA (armazenagem, rodovias, canais de distribuição);

Mapear os atores institucionais que exercem influência sobre a URDA;

Identificar os fatores logísticos e institucionais que representam entraves ao escoamento eficiente da produção pelos agricultores familiares da Região de Planaltina-DF;

Identificar obras e investimentos que estão sendo realizados para melhoria das condições de infraestrutura logística da URDA, bem como aqueles necessários para ampliação do potencial logístico;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o objetivo de elucidar o trabalho de pesquisa foi realizada uma revisão de literatura abordando as temáticas a seguir:

2.1 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O programa foi instituído pelo

artigo 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008.

O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Segundo Wagner Rossi, ex-Ministro da Agricultura e ex-presidente da CONAB:

“O governo inverteu a lógica oferecendo ao agricultor familiar sólido apoio a comercialização, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, aparentemente começando pelo fim, isto é, pela garantia de compra de seu produto a preço justo. Com isso, sem descuidar do apoio a produção, da extensão rural, da capacitação e do financiamento, instituiu uma revolução pacífica e benéfica no campo” (ROSSI, 2008, p. 340).

Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios.

O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap).

2.1.1 Histórico PAA:

Ao longo desses dez anos de operação do PAA, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal. O programa adquiriu em 2012, parte da produção de cento e vinte e oito mil oitocentos e a quatro (128.804) agricultores familiares em mil cento e oitenta (1.180) municípios brasileiros, sendo adquiridos e distribuídos 297.610 toneladas de alimentos e investidos R\$ 2.784.037.371. Ao longo desse período o PAA vem promovendo a geração de renda, sustentação de preços aos agricultores familiares e a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais. Em termos de recursos ainda não é capaz de atender toda a demanda do país, mas é um importante aliado no combate a fome e erradicação da pobreza no campo. (CONAB, 2012).

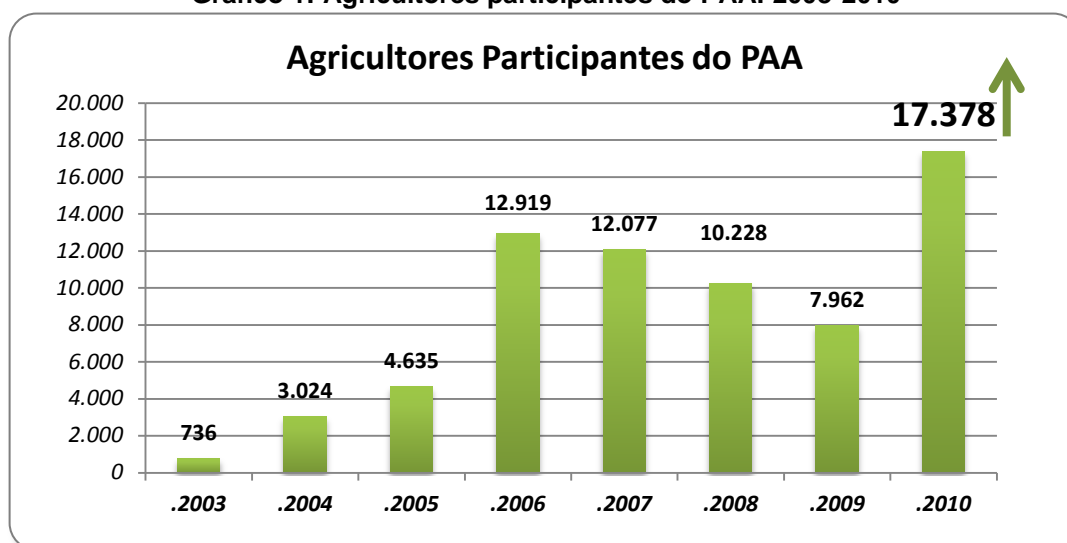
Os recursos repassados à Conab pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para operacionalização do PAA têm sido incrementados significativamente desde sua implantação. Com recursos do MDS, foram operadas as modalidades CPR Doação, CPR Estoque e CDAF e com recursos do MDA, a modalidade CPR Estoque.

A Tabela 1, a seguir, traz a evolução dos recursos aplicados pelo MDA (a partir de 2006) e MDS na aquisição de produtos pelo PAA por ano desde a sua criação. Em 2012 os recursos aplicados são praticamente sete vezes mais o que os recursos aplicados no ano de 2003 e a tendência é só aumentar a cada ano de execução, uma vez todo ano o programa atinge mais municípios e mais agricultores, conforme o gráfico 1.

Figura 1: Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados no PAA

| ANO | Total (R\$) |
|--------------|----------------------|
| 2003 | 81.541.207 |
| 2004 | 107.185.826 |
| 2005 | 112.791.660 |
| 2006 | 200.954.580 |
| 2007 | 228.352.967 |
| 2008 | 272.490.388 |
| 2009 | 363.381.941 |
| 2010 | 379.735.466 |
| 2011 | 451.036.204 |
| 2012 | 586.567.131 |
| Total | 2.784.037.371 |

Fonte: CONAB

Gráfico 1: Agricultores participantes do PAA: 2003-2010

Fonte: CONAB

2.1.2 Modalidades:

Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF: permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação: É realizada através da compra de alimentos produzidos por agricultores familiares enquadrados no PRONAF, organizados em grupos formais (cooperativas ou associações) e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede de proteção e promoção social (rede socioassistencial local) e também da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição.

Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF: Celebração de convênios entre municípios ou estados e o governo federal, por meio do MDS, promovendo a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais. O preço de venda baseia-se nos preços praticados no mercado varejista regional ou local, realizando-se três pesquisas de preços.

Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite: Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor

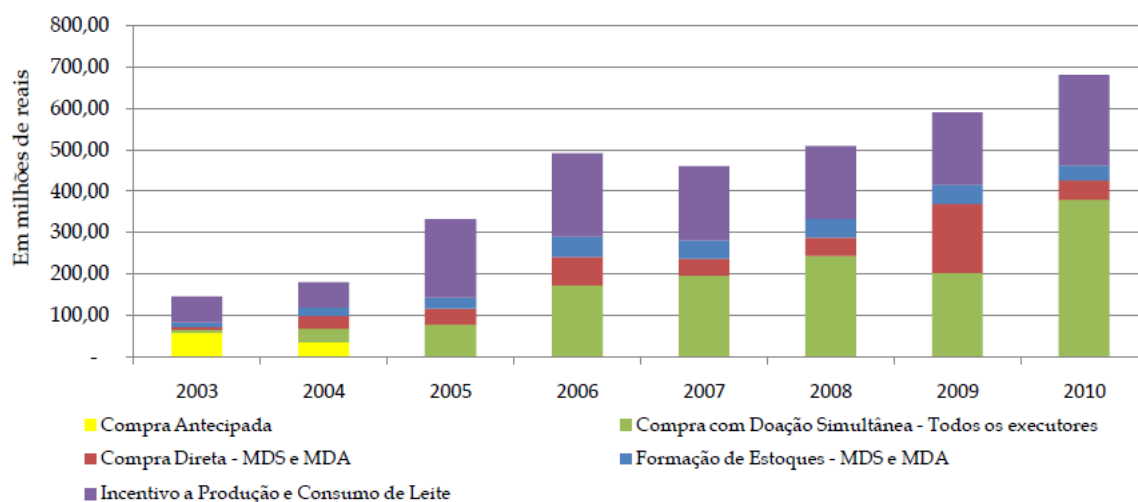
produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque: A modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar foi criada para propiciar aos agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor.

As diversas modalidades do PAA, apesar das peculiaridades, têm em comum os seguintes objetivos:

- a) Simplificar e agilizar o escoamento da produção.
- b) Promover e ampliar a inserção socioeconômica dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.
- c) Disponibilizar alimentos adequados à nutrição das populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.
- d) Habilitar os agricultores familiares para controlar a comercialização de seus produtos, o que resulta no aumento real de suas rendas e no abandono de uma relação de desvantagem com as redes de atravessadores.

Gráfico 2: Evolução da Execução Financeira do PAA, por modalidade no período 2003 –2010



Fonte: MDS, 2011

2.1.3 Beneficiários de Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA é um programa concebido sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada – disciplinado pela lei nº 11.346/2006 e volta-se ao atendimento de dois públicos:

Fornecedores (produtores de alimentos): agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados no art. 3º da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que institui o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), incluídos aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados. Estes devem possuir obrigatoriamente a Declaração de Aptidão ao PRONAF. Também são fornecedores: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica.

Agricultores familiares são enquadrados segundo as categorias enumeradas abaixo, redefinidas pela Portaria nº. 47, de 26 de novembro de 2008 e a Portaria nº. 85, de 22 de Dezembro de 2008, do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- Grupo A: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, que ainda não foram contemplados com operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

- Grupo A/C: inclui agricultores familiares egressos do Grupo 'A', ou que já contrataram a primeira operação no Grupo 'A', que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos 'C', 'D' ou 'E'.

- Grupo B: inclui os agricultores familiares mais carentes, que: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residam na propriedade ou em local próximo, não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento. Obtenham renda bruta anual familiar

de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

- Grupo 'Agricultor Familiar' (ou enquadramento 'V'): inclui agricultores familiares antes incluídos nos grupos 'D' e 'E', que apresentem renda bruta familiar entre R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

- Grupo P: reúne agricultores familiares com DAP provisória que podem ser fornecidas a acampados e assentados da reforma agrária que estão na chamada 'demanda qualificada' e sua finalidade é permitir o acesso aos programas sociais, como o PAA. Esta possui validade de apenas um ano, não permitindo acesso ao crédito.

Independente do enquadramento os agricultores familiares organizados em grupos formais ou informais, ou não organizados, podem participar do PAA fornecendo produtos alimentícios no valor total de até R\$ 4.500,00 por ano civil.

Consumidores: Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, pela rede pública e filantrópica de ensino.

Deverão ter prioridade as entidades socioassistenciais que desenvolvem trabalhos publicamente reconhecidos, de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social, que compõem a rede socioassistencial local e forneçam, gratuitamente, refeições de forma continuada e que sejam carentes de recursos. A doação de alimentos em cestas, diretamente a beneficiários, não é permitido no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, salvo em regime de exceção, mediante indicação do dos CRAS, CREAS ou Bancos de Alimentos, e aprovação da Instância de Controle Social.

2.1.4 Programa de Aquisição de Alimentos no Distrito Federal

O Distrito Federal esteve inserido no PAA desde o primeiro ano de execução do programa em 2003, nesse primeiro ano foram beneficiadas 3.010 famílias com um aporte financeiro de R\$ 6.692.792,89, na modalidade, já extinta, Compra Antecipada da Agricultura Familiar que previa a antecipação de recursos para o plantio e era operacionalizado pela CONAB. No de 2004, sua participação

caiu drasticamente, operou na modalidade Compra Antecipada Especial que se destinava a formação de estoques públicos, participaram apenas 26 famílias e foram gastos apenas R\$ 64.835,16 e também foi operacionalizado pela CONAB.

Nos três anos seguintes o Distrito Federal não participou do PAA em nenhuma modalidade, voltando a operar somente em 2008, porém nessa ocasião sendo executado pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF), juntamente com a Emater-DF e a Ceasa-DF, na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF.

Nos anos de 2008 e 2009, primeiros anos da execução do PAA – municipal pela SEAGRI-DF, foram gastos R\$625.000,00, participaram 188 agricultores familiares, 29 instituições foram beneficiadas com a distribuição de 200 toneladas de alimentos. Esses números não revelam o potencial da agricultura no Distrito Federal, o programa antes operado pela CONAB foi simplificado, a burocracia reduzida, adequando-se melhor a realidade dos agricultores do DF. (SEAGRI-DF, 2012).

Nos anos de 2010 e 2011 houve uma pequena participação do DF nas operações do PAA executado pela CONAB. Porém o PAA executado pela SEAGRI-DF praticamente dobrou a sua participação, foram investidos R\$ 1.143.599,00, 276 produtores participaram, 118 instituições foram beneficiadas com 400 toneladas de alimentos entregues. (SEAGRI-DF, 2012). Já no ano seguinte, através de diversos ajustes operacionais, o Distrito Federal aumentou seus índices de participação, revelando assim a capacidade produtiva da agricultura familiar.

Tabela 1: Evolução do Programa de Aquisição de Alimentos no DF

| ANO | R\$ | PRODUTORES | INSTITUIÇÕES | TONELADAS DE ALIMENTOS |
|-----------|--------------|------------|--------------|------------------------|
| 2008/2009 | 625.000,00 | 188 | 29 | 200 |
| 2010/2011 | 1.143.599,00 | 276 | 118 | 400 |
| 2012 | 2.997.000,00 | 889 | 280 | 1.426 |

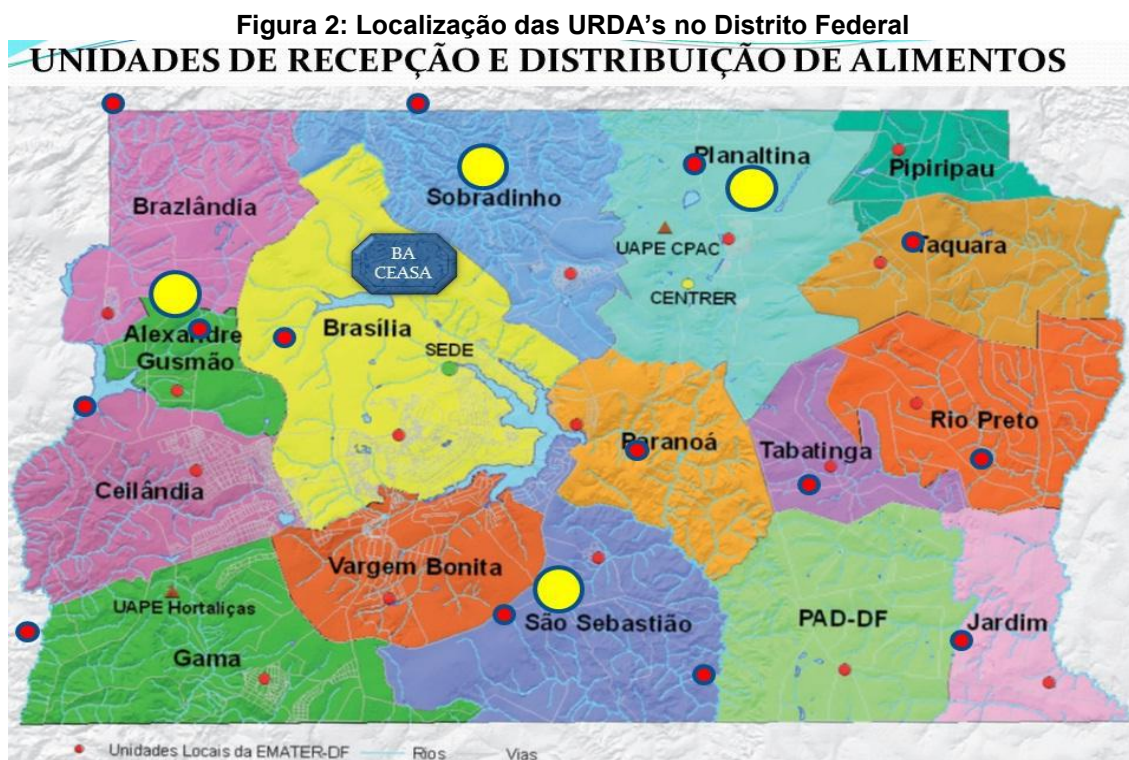
Fonte: SEAGRI-DF

O sucesso do programa se dá devido seu processo logístico. O modelo tradicional de centralização de recebimento e de entrega dos alimentos, representado pelo Banco de Alimentos – CEASA-DF, não atende as particularidades do Distrito Federal, dessa forma, com o intuito de reduzir a distância entre a produção de alimentos pela agricultura familiar até as entidades beneficentes, foram inauguradas quatro Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos – URDA's em diferentes pontos do DF: Brazlândia, São Sebastião, Planaltina, e Sobradinho. Essa medida trouxe diversos benefícios, tais como: melhorou o acondicionamento, visando ainda ganhos na qualidade dos produtos entregues e evitando os danos físicos e diminuindo o tempo de transporte desses produtos, mantêm-se também intactas as características nutricionais dos alimentos e reduziu os custos para o estado no transporte. Com a redução da distância entre o ponto de produção e ponto de entrega reduz-se os custos para os agricultores e entidades que arcam com parte das despesas relativas à logística do programa, dessa forma, a participação no PAA tornou-se viável para muitas entidades e agricultores.

Tabela 2: Escala de funcionamento das URDA's

| Dia da Semana | Recepção | Distribuição |
|----------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Segunda | São Sebastião | São Sebastião |
| Terça | Banco de Alimentos; Planaltina | Banco de Alimentos; Planaltina |
| Quarta | Brazlândia | Banco de Alimentos; Brazlândia |
| Quinta | Banco de Alimentos; Sobradinho | Banco de Alimentos; Sobradinho |
| Sexta | - | Banco de Alimentos |

Fonte: SEAGRI-DF



Fonte: SEAGRI-DF

Além da inauguração das URDA's, outras partes do processo de execução foram melhoradas, tais como: padronização do fluxo operacional, compra de equipamentos básicos para operação, como balanças, carros e computadores, os produtores, influenciados tanto pela EMATER-DF quanto pela SEAGRI-DF, passaram a se organizar em associações e cooperativas, além das entidades beneficiárias passaram por melhor avaliação. Com isso o programa de fato pôde cumprir seu papel de remunerar de forma justa a produção, ocupar o espaço rural, distribuir renda e combater a fome. (SEAGRI-DF, 2012).

Essa melhora na eficiência da execução do programa traduzida em números significa que foram gastos com aquisição de alimentos da agricultura familiar no DF em 2012 quase 3 milhões de reais, 889 agricultores familiares garantiram sua renda entregando parte da sua produção a 280 entidades sócioassistenciais, que beneficiaram 60.000 pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, totalizando 1.426 toneladas de alimentos. Hoje são distribuídas 88 variedades de alimentos. Números bastante significativos se comparados aos anos anteriores.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS DA LOGÍSTICA

Segundo registros históricos, a palavra logística originou-se do grego “*logistikos*”, significando “aquele que sabe calcular”. Ao longo da história, esse vocábulo adquire outros sentidos, como em latim “*logisticus*”, que era utilizado para designar “o administrador ou intendente dos exércitos romanos ou bizantinos.”

Vários autores como BOWERSOX e CLOSS (1996), CHRISTOPHER (1997), e BALLOU (2001), apresentam diferentes definições para logística. Porém, a mais famosa e completa definição é a do “*Council of Supply Chain Management Professional (CSCMP)*”, entidade norte-americana sem fins lucrativos, fundada em 1963 e destinada ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e treinamento no campo da logística:

“Logística é parte da cadeia de suprimentos que planeja, implementa, e controla o fluxo eficiente e eficaz de matérias-primas, estoque de produtos acabados e semi-acabados, e o fluxo de informações a eles relativas, desde a origem até o consumidor final, com o propósito de atender os requisitos dos clientes”(CSCMP).

Apesar das diversas definições para logística, umas mais amplas e flexíveis, outras com contornos mais restritos, porém todas elas convergindo para um mesmo propósito: o de “*colocar-se o produto certo, no local correto, no momento adequado e ao menor preço possível, desde as fontes de matéria-prima até o consumidor final*” VIANNA (2002).

Outro aspecto que pode ser observado, é que o conceito de logística vem evoluindo com o passar dos tempos, partindo-se originalmente da logística pura, passando-se posteriormente à logística integrada, onde o processo logístico é visto como um canal de atividades inter-relacionadas, e chegando-se, nos dias atuais, ao conceito mais amplo de “Supply Chain Management (SCM)”, ou gestão da cadeia de suprimentos. Porém, Supply Chain não pode ser utilizado como um sinônimo para logística.

2.2.1 Gestão da Cadeia de Suprimentos

Gestão da cadeia de suprimentos apresenta-se no atual ambiente de negócios, como uma ferramenta que permite ligar o mercado, a rede de distribuição, o processo de produção e a atividade de compra, de tal modo que os consumidores tenham um alto nível de serviço ao menor custo total, simplificando assim o

complexo processo de negócios e ganhando eficiência (BALLOU et al., 2000; CHRISTOPHER, 2001; BOWERSOX e CLOSS, 2001).

2.2.2 Transporte e Modais Rodoviários

Segundo Novaes (1994), o transporte consiste no deslocamento de bens de um ponto a outro da rede logística, respeitando as restrições de integridade da carga e de confiabilidade de prazos não agregando valor aos produtos, porém fundamental para que os mesmos cheguem ao seu ponto de aplicação, de forma a garantir o melhor desempenho dos investimentos dos diversos agentes econômicos envolvidos no processo. Existem cinco tipos ou modos de transporte que são: rodoviários, aeroviários, aquaviários e ferroviários. O Transporte Rodoviário é aquele que se realiza em estradas de rodagem, com utilização de veículos como caminhões e carretas. O transporte rodoviário pode ser em território nacional ou internacional, inclusive utilizando estradas de vários países na mesma viagem.

2.2.3 Canais de Distribuição

Os canais de distribuição são definidos como sendo o caminho percorrido por um produto desde sua concepção até o consumidor final; a transferência de posse entre várias firmas; ou, ainda, define o canal de distribuição como sendo uma coalizão de empresas reunidas com o propósito de realização de trocas interdependentes (SILVA, 1999). Stern Et al (1996) observa que:

- a) Os canais de distribuição englobam os agentes que são responsáveis por disponibilizar o produto, desde seu ponto de origem até o consumidor final, da melhor maneira possível.
- b) Consistem em organizações interdependentes, envolvidas no processo de tornar um produto ou serviço disponível para uso e consumo.
- c) Os canais de distribuição não devem apenas satisfazer a demanda por meio do fornecimento de mercadorias e serviços no lugar, quantidade, qualidade e preços adequados, mas deve também estimular a demanda por meio de atividades promocionais (STERN ET AL, 1996).

Estes autores consideram os canais de distribuição como um sistema pela relação de interdependência entre os agentes que o compõem, onde os componentes do canal mantêm inter- relações de forma interdependente com o desígnio de produzir um resultado específico.

2.2.4 Custos Logísticos

Pode-se dizer que custos são sacrifícios que se tem para produzir determinado produto e/ou serviço. Já os custos logísticos na visão de Faria (2003), podem ser entendidos como os custos de planejar, programar e controlar todo o inventário de entrada em processo de saída desde o ponto de origem até o ponto de consumo.

Quanto ao relacionamento com o objeto (cliente, produto, regiões ou canais de distribuição) podem ser classificados em: (i) Os custos diretos que são aqueles que podem ser diretamente apropriados a cada tipo de objeto, no momento de sua ocorrência, tal como os custos de transportes de processos de entrega para determinado cliente; (ii) Os custos indiretos, por sua vez, são aqueles que não podem ser apropriados diretamente a cada produto no momento de sua ocorrência, tais como os custos com a tecnologia da informação utilizada no processo logístico, por exemplo. (BALLOU, 2004).

Os custos logísticos, segundo Lambert (1998), refletem como as atividades logísticas estão interligadas às atividades de abastecimento, planta e distribuição da organização. Na visão do autor existe uma troca compensatória entre Marketing, Logística e Suprimentos ao correlacionar o composto de marketing (produto, preço, promoção e localização do cliente/nível de serviço), com os custos logísticos (custos de transporte, inventário, lote de pedido, armazenagem, processamento de pedido e informação) e com distribuição (localização do produto/nível de serviço, preço, localização do fornecedor e material/componente adquirido).

Para Ballou (2001), existem três conceitos importantes dentro dos custos logísticos: compensação de custos, custo total e sistema total.

A compensação de custos que é a relação entre o custo do estoque (depósitos) de um lado e o custo do transporte e do processamento do pedido do outro — inversamente proporcional um ao outro.

O custo total é a soma dos custos, formando a curva do custo total. Este reconhece que os custos individuais exibem comportamentos conflitantes, devendo

ser examinados coletivamente e balanceados no ponto de equilíbrio.

O sistema total considera todos os fatores afetados de alguma forma após a decisão tomada, já que se preocupa com a relação inter-organizacional inovando ao expandir as fronteiras da gestão do ciclo de suprimento além dos meros limites organizacionais.

A tabela 3 apresenta a classificação e finalidade dos custos logísticos, porém a maioria das empresas tem dificuldade em mensurar os custos logísticos, pois existe uma deficiência nas informações contábeis no que diz respeito a sua utilidade na gestão logística e em seus diversos objetos de análises.

Tabela 3: Classificação e finalidade dos custos logísticos

| Finalidade da Informação | Classificação dos Custos Logísticos |
|---|--|
| Quanto a relacionamento com o objeto | Diretos e Indiretos |
| Quanto ao comportamento diante do volume de atividade | Variáveis e Fixos |
| Quanto ao relacionamento com o processo de gestão | Controláveis e Não controláveis Custos de oportunidade Custos Relevantes Custos Irrecuperáveis Custos Incrementais ou diferenciais Custos Ocultos Custo Padrão Custo-Meta Custo Kaizen Custo do Ciclo de Vida |

Fonte: Faria e Costa (2005)

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia baseou-se em uma pesquisa bibliográfica, seguida de análise documental. A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador faz contato direto com tudo o que foi publicado, dito, filmado ou de alguma outra forma registrado sobre determinado tema, inclusive através de conferências seguidas de debates.

Já a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse. A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor (HELDER, 2006:1-2). No caso desse relatório foram utilizados dados do IBGE, da EMATER-DF, CEASA-DF, da CONAB e SEAGRI-DF, ainda sem tratamento para o determinado objetivo do trabalho.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Este trabalho desencadeou-se em diversas atividades distribuídas em etapas conforme descrito abaixo:

- Revisão da literatura, pesquisa em meio eletrônicos e documentos;
- Pesquisa de campo para coleta de dados;
- Registro dos dados coletados;
- Análise dos dados.
- Preparação, emissão e entrega do relatório final

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

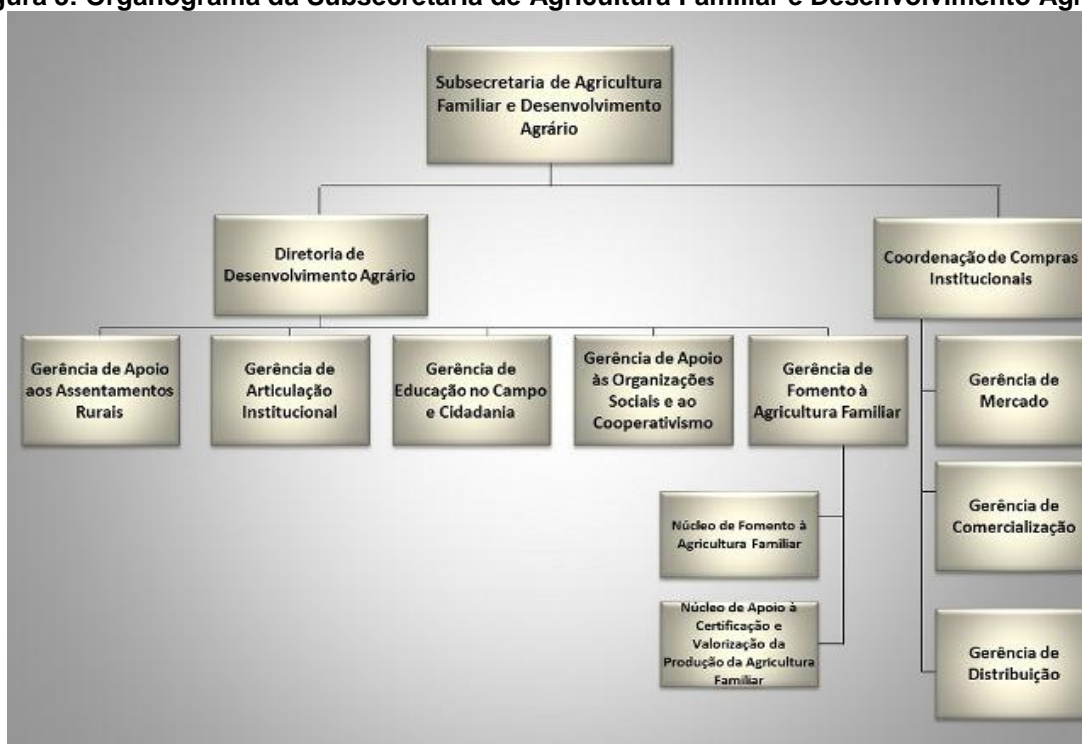
Identificação da organização: Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural¹

Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural tem como missão Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela

segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

O setor do estágio de atuação do estágio foi na Coordenação de Compras Institucionais – CCI, uma coordenação pertencente a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SDA que tem por objetivo apoiar os assentamentos rurais, agricultores acampados e agricultores familiares por meio da implementação de políticas públicas de abastecimento de insumos, infraestrutura rural e equipamentos.

Figura 3: Organograma da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário



Fonte: SEAGRI-DF

A CCI tem como missão instituir com transparência, agilidade e de forma sustentável o processo de compras institucionais, integrando diferentes instâncias de governo. Sua visão é ser benchmarking na implementação da Política de Compras Institucionais no país. E como objetivo geral, viabilizar processo de Compras Institucionais de produtos agropecuários, extrativistas e artesanatos produzidos por agricultores familiares e/ou suas organizações sociais, principalmente no âmbito do DF e RIDE.

Como objetivos específicos da CCI, estão:

Fortalecer o pequeno agricultor familiar no que tange acesso a comercialização de produtos;

Estabelecer mecanismos transparentes de controle das compras e dos pagamentos aos agricultores familiares;

Ampliar a participação da SEAGRI na inserção e promoção dos produtos da agricultura familiar.

Promover a articulação interinstitucional e com entidades governamentais objetivando garantir a aquisição e distribuição de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar;

Mapear potencial de mercado para produção e comercialização;

Apoiar e viabilizar mecanismos que assegurem a compatibilidade dos preços dos produtos oferecidos, com os praticados no mercado;

4 SITUAÇÃO ATUAL DOS CUSTOS LOGÍSTICO DA URDA PLANALTINA

As Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos – URDA's são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (100 % do PAA SEAGRI/MDS e funciona na modalidade compra da agricultura familiar com doação simultânea.

A URDA's nas cidades satélites foram criadas com o intuito de reduzir a distância de entrega de alimentos por parte dos produtores rurais e de recepção de alimentos por parte das entidades, uma vez que, o modelo inicial de centralização de entrega e recepção não atendia as particularidades do Distrito Federal. Dessa forma, o sucesso atual do programa se dá devido seu processo logístico, que proporciona diversos benefícios aos produtores e entidades, tais como: melhoria no acondicionamento, ganhos na qualidade dos produtos entregues e recebidos devido a diminuição do tempo de transporte desses produtos, além da redução nos custos de transporte através da distância do ponto de produção e ponto de entrega.

ESTRUTURA FÍSICA

Armazém de 72m²

02 Mesas de Escritório (para despacho de notas).

01 caminhão da Central de Abastecimento do DF (CEASA-DF) utilizado para o transporte de alimentos da URDA para o Banco de Alimentos do Ceasa.

PRODUÇÃO DA URDA PLANALTINA- DF

Recebe em média, 3 a 4 toneladas por semana, conforme a tabela abaixo:

Tabela 4: Produção da URDA Planaltina nos meses de Maio e Junho de 2013

| DATA | ENTRADA (kg) |
|------------|--------------|
| 07/05/2013 | 4463,25 |
| 28/05/2013 | 3769,89 |
| 04/06/2013 | 3127,95 |
| 11/06/2013 | 4542,45 |
| 18/06/2013 | 3869,23 |
| 25/06/2013 | 4932,12 |

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: SEAGRI, 2013.

Atualmente existem 25 produtores cadastrados para entrega em Planaltina sendo que cada um tem o limite de vender somente 4.500 R\$ /ano, totalizando uma compra total de R\$ 112.500.

Os produtores que entregam alimentos na URDA Planaltina vem das seguintes localidades:

Taquara, Pípiripau, Rio Preto, Tabatinga, Vale Verde, Projeto de Assentamento Fazenda Larga, Projeto de Assentamento Pequeno Willian e algumas localidades no Paranoá.

FUNCIONAMENTO DA URDA

- EMATER faz o levantamento da oferta dos produtores; Elabora e envia um memorando para a SEAGRI – DF efetuar a provisão de empenho;

- Os produtores levam sua produção até a URDA onde é pesada e conferida: no caso da URDA Planaltina, essa entrega ocorre às terças das 8 às 12h;
- A URDA faz o fechamento de entrada de produtos e envia a mercadoria excedente para o Banco de Alimentos na CEASA-DF;
- O técnico da EMATER emite a nota fiscal e efetua o registro numa planilha de Excel. O técnico faz o levantamento do quantitativo da mercadoria e divide entre as instituições beneficiárias de acordo com o cálculo de 2kg/pessoa;
- A partir das 13 horas os técnicos separam os alimentos, entregam aos responsáveis por cada instituição beneficiária e emitem os Termos de Recebimentos e Aceite;
- A EMATER organiza as notas fiscais, confere se o produtor não ultrapassou o teto de R\$4500 e envia para a SEAGRI-DF via memorando;
- A Coordenação de Compras Institucionais da SEAGRI-DF confere as notas, digitaliza todas e faz o lançamento no Sistema de prestação de contas as MDS (SICONV). Após esses procedimentos as notas são enviadas ao almoxarifado para o lançamento no sistema do GDF, e finalmente são encaminhadas ao departamento financeiro da SEAGRI que emite a ordem bancária e efetua o pagamento aos produtores rurais.

ESTRUTURA DA CADEIA DE DISTRIBUIÇÃO

Simple, composto por apenas 3 elos (produtor - URDA - instituições sócio assistenciais), que abrange, principalmente, os produtos FLV ,adquiridos pela URDA na própria região).

PRODUTOR -----URDA ----- ENT. SOCIO ASSISTENCIAIS

Um mais complexo, que representa uma pequena parte do suprimento da URDA - Planaltina (Produtor - Cooperativa- URDA - instituições sócio assistenciais).

PRODUTOR ----- COOPERATIVA ----- URDA ----- ENT. SOCIO ASSISTENCIAS

E por fim, outra que ocorre quando a URDA Planaltina tem excessos

PRODUTOR ----- URDA ----- CEASA ----- ENT. SOCIO ASSISTENCIAS

CUSTOS COM TRANSPORTE DE PRODUTOS

Tabela 5: Simulação de custo médio com combustível das entidades beneficiadas com as doações do PAA – URDA Planaltina

| Entidades beneficiadas | | | | | | |
|-------------------------|-------------------------|------------|----------|------------|----------------|----------------|
| Nome | Distância (ida e volta) | Automóvel | Km/litro | Qtd litros | \$ Combustível | Valor \$ |
| Igreja de Cristo | 60 km | EcoSport | 11 km/l | 5,45 | 2,98 | 16,241 |
| Lar Bezerra de Menezes | 50 km | Kombi | 10 km/l | 5 | 2,98 | 14,9 |
| Creche Magia dos Sonhos | 15 km | Corsa | 12 km/l | 1,25 | 2,98 | 3,725 |
| Semespe | 40 km | Gol+engate | 12 km/l | 2,08 | 2,98 | 6,1984 |
| Chão de Flores | 35 km | Camionete | 9 km/l | 3,88 | 2,42 | 9,3896 |
| Instituto Ágape | 20 km | Fiorino | 11 km/l | 1,81 | 2,98 | 5,3938 |
| Lar São José | 25 km | Kombi | 11 km/l | 2,27 | 2,98 | 6,7646 |
| Desafio Jovem | 20 km | Strada | 13 km/l | 1,53 | 2,98 | 4,5594 |
| Abrap | 40 km | Gol+engate | 11 km/l | 3,63 | 2,98 | 10,8174 |
| C. Adulão | 20 km | Kombi | 9 km/l | 2,22 | 2,98 | 6,6156 |
| | | | | | MÉDIA = | 8,46048 |

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: SEAGRI, 2013

Atualmente estão cadastradas 27 entidades para receber alimentos na URDA – Planaltina. E a partir de dados colhidos em 10 entidades, conclui-se que as entidades de Sobradinho e Planaltina tem um custo médio com combustível de R\$ 8,46 para buscar esses alimentos, uma vez que cada entidade é responsável por buscar o alimento na URDA.

Tabela 6: Simulação de custo médio com combustível dos produtores rurais que entregam produtos para o PAA – URDA Planaltina

| Produtores Rurais | | | | | | |
|--------------------|-------------------------|-------------|----------|------------|----------------|----------------|
| Nome | Distância (ida e volta) | Automóvel | Km/litro | Qtd litros | \$ Combustível | Valor \$ |
| Adilson Souza | 60 km | Fiat Strada | 12 km/l | 5 | 2,98 | 14,9 |
| Marcos Flávio | 65 km | Camionete | 8 km/l | 8,12 | 2,42 | 19,6504 |
| James Souza | 65 km | Saveiro | 12 km/l | 5,41 | 2,98 | 16,1397 |
| Francisco Pereira | 45 km | Fiorino | 12 km/l | 3,75 | 2,98 | 11,175 |
| Daiane Mendes | 50 km | Camionete | 9 km/l | 5,555 | 2,42 | 13,4431 |
| Adenilson Divino | 75 km | Fiorino | 11 km/l | 6,81 | 2,98 | 20,2938 |
| Fabiano Silva | 55 km | Kombi | 10 km/l | 5,5 | 2,98 | 16,39 |
| João Cunha | 44 km | Gol+engate | 13 km/l | 3,38 | 2,98 | 10,0724 |
| Jucineide da Silva | 58 km | Saveiro | 13 km/l | 4,46 | 2,98 | 13,2908 |
| Luciane Vieira | 35 km | Kombi | 9 km/l | 3,88 | 2,98 | 11,5624 |
| | | | | | MÉDIA = | 14,6918 |

Fonte: Elaborada pelo autor. Dados: SEAGRI, 2013

Em média, existem 21 produtores rurais empenhados com programação para entrega de produtos em Planaltina – DF, e estes tem um custo médio com combustível de R\$14,69 para entrega dos produtos na URDA Planaltina.

O processo consiste na transferência dos produtos alimentícios da CEASA-DF para a Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos (URDA) - Planaltina-DF e vice-versa. A CEASA-DF (Ponto A) localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e URDA (Ponto B) no Setor de Oficinas em Planaltina-DF, com uma distância de 45 km quilômetros (sendo 02 viagens, ou seja, vai e volta, tem-se 90 km por dia) entre os dois pontos. Lembrando que o caminhão carrega na CEASA-DF desloca-se até URDA Planaltina-DF e vice-versa. Em média transferem-se cinco toneladas por viagem.

Já o caminhão da Ceasa transporta os excessos dos alimentos da Unidade de Recebimento e Distribuição de Alimentos (URDA) - Planaltina-DF para a CEASA – DF. A CEASA-DF (Ponto A) localizada no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e URDA (Ponto B) no Setor de Oficinas em Planaltina-DF, com uma distância de 50 km quilômetros (sendo 02 viagens, ou seja, vai e volta, tem-se 100 km por dia) entre os dois pontos. Lembrando que o caminhão carrega na URDA Planaltina - DF e desloca-se até CEASA-DF. Em média transferem-se 1,5 a 2 toneladas por viagem.

A _____ B

Distância= 45 km

Tempo de percurso entre A e B = 1 hora.

B _____ A

Distância= 45 km

Tempo de percurso entre B e A = 1 hora

O tempo de carga é de 1 hora e o tempo descarga de 0,5 horas

O caminhão faz 3 km com 01 litro de óleo diesel. Sendo que 01 litro de óleo diesel custa em média R\$ 2,42, sendo assim o caminhão consome 33,3333 litros (16,666l de vinda e 16,666l de volta), considerando que a distância entre a Ceasa e a URDA- Planaltinha é de 50km.

Multiplicando 33,333l X 2,42R\$ temos:

Km (ida e volta) – 100

Litros – 33,3333

Custo Unitário (R\$/l) – 2,42

Custo Total com Combustível – 80,6666

O custo fixo, nesse exemplo, será aquele correspondente ao salário mensal do motorista no valor de R\$ 2.000,00.

Nesse caso, considera como custos variáveis:

1. Custo da mão-de-obra com carregamento do veículo, já que carregador ganha por hora trabalhada e também depende da quantidade de tonelada que por sua vez influencia no tempo gasto, ou seja, quanto mais produto se tem pra carregar mais tempo se gasta;

2. Custo com deslocamento depende da quantidade de tonelada que influencia no custo unitário da atividade, ou seja, quanto mais o caminhão estiver cheio menor será o custo unitário dessa atividade;

3. Custo de mão-de-obra para a descarga do veículo, já que descarregador ganha por hora trabalhada e também depende da quantidade de tonelada que influencia no tempo gasto, ou seja, quanto mais produto tiver pra descarregar mais tempo será gasto;

PROBLEMAS:

As caixas cheias de alimentos ficam armazenadas uma sobre a outra danificando-os e prejudicando;

Não existe a utilização de um software que pudesse agilizar o processo de registro;

Pouca quantidade de funcionários para conferir e pesar as mercadorias, provocando grandes filas;

Alguns agricultores não selecionam (padronizam) os alimentos devido a falta de informação e de técnicos para fiscalizar;

Não tem como montar uma roteirização da URDA devida a grande diversidade de produtores e de periodicidade de entrega.

4.1 PROPOSTA DO MODELO DE CUSTOS LOGÍSTICOS PARA A URDA PLANALTINA

Apesar da URDA Planaltina não possuir custos logísticos elevados, certas mudanças podem reduzir esses custos com armazenagem, distribuição, transporte, entre outros; como por exemplo: os alimentos são armazenados em caixas plásticas, empilhadas sem critério de separação e colocadas sob palets, o que acaba implicando na perda de qualidade dos produtos devido aos amassados, provocados pelo empilhamento, más condições de higiene, etc. Dessa forma, os gêneros alimentícios deveriam passar pelas etapas de triagem, higienização, separação, processamento e acondicionamento, e só então seriam distribuídos, ações que melhorariam a qualidade do alimento e reduziriam os custos com perda da qualidade. Além disso, o quadro de funcionários é pequeno para atender as demandas de conferência e pesagem dos produtos, ocasionando grandes filas de atendimento, e isso gera um déficit na fiscalização dos produtos e a falta de homogeneidade nos produtos entregues, com isso os produtores chegam a se aproveitar de tal fato para entregar nas URDA's os produtos que fogem à padronização exigida pelo mercado, que nele não seria absorvida, então a contratação de técnicos especializados para recepção e fiscalização desses produtos evitaria muitos desses custos com perdas, uma vez que a URDA perde muito com isso, pois, muitas vezes, são entregues produtos que não tem condições de serem distribuídos. A organização poderia, também, adotar a utilização de software, que ajudaria no processo de registro, isso acarretaria em custos com tecnologia, mas um software específico para esse caso o que ajudaria nos registros, evitando perdas ou cálculos errados de recepção e distribuição. A forma de logística utilizada responsabiliza os produtores pela entrega aos Centros da URDA e as instituições beneficiadas, por buscar os produtos, nesse caso, para redução de custos com transporte, os produtores poderiam criar associações próximas de suas propriedades para entrega comunitária desses produtos, que irá favorecer o barateamento de custos logísticos aos produtores, visto que há uma diversidade de rotas a serem utilizadas para o transporte dos produtos advindos de localidades onde as rotas e a periodicidade de entrega, não convergem entre si.

Outro ponto importante para os produtores rurais seria a melhoria da assistência técnica, que deve auxiliar da melhor forma os produtores na padronização dos alimentos, para melhoria na qualidade dos produtos e para os

produtores estarem preparados para enfrentar os padrões do mercado quando o programa acabar. Quanto as entidades beneficiadas, muitas têm dificuldades para buscar os produtos na URDA, devido falta de meio de transporte ou veículo inadequado para este fim, com isso, o Programa de Aquisição de Alimentos poderia direcionar parte de seus recursos para fazer essas entregas em cada propriedade, uma vez que, muitas vezes os recursos destinados para o PAA não são gastos totalmente, as metas não são atingidas. Essa ação beneficiaria as entidades com economia de custos de transporte, e os alimentos chegariam em condições adequadas, visto que seriam transportadas em veículo apropriado para este fim. Colocando em prática essas ações, os custos poderão ser reduzidos e os alimentos seriam entregues e distribuídos com mais qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fornecendo alimentos ao PAA, a URDA Planaltina promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, contribui ainda para a formação de estoques estratégicos e abastecimento de mercado institucional de alimentos, permitindo aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. Apesar de ser uma medida simples sua operacionalização é complicada, a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal vem aprimorando a execução do programa e aumentando cada vez mais os recursos investidos, o numero de agricultores e pessoas atendidas. Juntamente com a Emater, a Seagri – DF tem condições de criar estratégias para a melhoria da logística do Programa de Aquisição de Alimentos, tanto de aspectos referentes á infraestrutura, quanto a aspectos referentes a redução de custos. Com um melhor aproveitamento dos recursos destinados ao PAA e com institucionalização de um coordenador logístico que possa avaliar o desempenho dos elos da cadeia, promover a integração logística entre os elos da cadeia, otimizar os fluxos físicos e de informações, gerando maior competitividade na cadeia, o programa tem melhores condições de atingir sua metas e objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto Nº 6.959, de 15 de setembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso Maio de 2013.

BRASIL. **Secretaria da Agricultura Familiar**. Portaria Nº. 85, de 22 de Dezembro de 2008, que dispõe acerca dos modelos das declarações de aptidão ao Pronaf. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/41605776/SECRETARIA-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-PORTARIA-N%C2%BA-85-DE-22>>. Acesso em Abril de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2011**. Sumário Executivo. 2011. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2012**. Sumário Executivo. 2012. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: Maio de 2013.

FLEURY, et al. **Logística Empresarial – a perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 2000.

FUSCALDI, K. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola**. Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade. 48º Congresso SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>>. Acesso em: Maio 2013.

LAMBERT, Douglas, STOCK, James, VANTINE, José. **Administração estratégica da logística**. São Paulo: Vantine Consultoria, 1998.

MANUAL DE IMPLANTAÇÃO. **Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, março de 2011.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI). **Programa de Aquisição de Alimentos- PAA Legislação Básica**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>>. Acesso em: Maio de 2013.

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de custos: conceitos, sistemas e implementação**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

NOVAES, Antonio Galvão N.; ALVARENGA, Antonio Carlos. **Logística Aplicada: suprimento e distribuição física**. São Paulo: Pioneira, 1994.

ROSSI, Wagner. **Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil**. Agricultura Familiar e Agronegócio: Conflito ou Complementaridade Brasília: CONAB, 2008, pág.340.

VIANA, João José. **A amplitude da administração de materiais**. In **Administração de Materiais – um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2002.